

Brasil, um navio à deriva na tempestade.

CELSO MING

O País corre o sério risco de ficar à deriva em matéria de política econômica, num momento de tempestade e de perigo em que a inflação avança para a casa dos 30% ao mês, justamente quando os passageiros desse navio chamado Brasil mais sentem falta de orientação segura da cabine de comando.

Há alguns anos, quando eu queria me informar sobre o que iria acontecer na economia, tinha um bom papo de trinta minutos com o ministro Delfim Netto. E saía do seu gabinete razoavelmente abastecido porque o que eu ouvia dele era, com uma boa probabilidade, aquilo que iria sair nos pacotes, nos decretos-leis, nas resoluções e nos chamados acordos de cavalheiros. Em outras palavras, o que estava na cabeça do ministro era lei ou quase isso.

De lá para cá, o País democratizou-se e isso foi muito bom. E em matéria de política econômica é muito melhor que todo o País assuma responsabilidades pelo que está aí. Decididamente, não é para gente ter saudades dos tempos do Delfim.

Ocorre que hoje ninguém manda, ninguém sabe o que quer, ninguém cobra do governo e os membros do Congresso, que deveriam assumir as funções de decisão e de fiscalização da política econômica, preferem continuar cuidando do seu quintal.

Os ministros da área já não sabem mais qual o papel que lhes cabe na formulação e na execução da política não só porque vêm sendo desautorizados pelo presidente da República mas porque todos os dias são obrigados a pedir a bênção a determinados segmentos do Congresso ou até de fóruns informais, como do mesão do pacto.

Atropelo

Nessa questão do orçamento, por exemplo, isso ficou mais do que claro. O presidente Sarney chegou a atropelar o seu ministro do Planejamento ao tentar negociar, ele próprio, com os governadores a questão da rolagem da dívida. Os governadores, por sua vez, preferiram ignorar as razões técnicas que, mal ou bem, montaram o projeto de lei e preferiram impor seu ponto de vista.

O Congresso, por sua vez, não mostrou o mínimo de responsabilidade social. A proposta orçamentária recebeu nada menos que 1.140 destaques de deputados e senadores cujo interesse primordial foi obter mais verbas para suas bases eleitorais e não a obtenção de um orçamento equilibrado.

Na hora dos acertos ficou claro que a liderança do governo no Congresso não tinha delegação para negociar, em nome do governo, as modificações que, em princípio, deveriam melhorar o orçamento e não aumentar ainda mais o seu rombo. No fim de tudo, a atitude dos ministros foi a de tentar bombardear o acordo.

E o que acabou saindo não foi propriamente a decisão de zerar o déficit mas cravar coluna do meio entre o que pretendia o presidente Sarney e o que pretendiam os governadores. Em outras palavras, o que eles fizeram nada teve a ver com uma tentativa de restabelecer o equilíbrio orçamentário; eles acabaram fazendo média.

Enquanto isso...

Em outros assuntos, também da área econômica, tem acontecido coisa semelhante. O próprio ministro Mailson da Nóbrega foi várias vezes surpreendido e, até, admoestado pelo Palácio do Planalto de que tinha que submeter previamente seus projetos de lei à apreciação de outras fontes informais de decisão — como é o caso dos signatários do pacto social, cuja representatividade está sendo questionada nos quatro cantos do País, pelos empresários, pela CUT, pelos governadores, pelos políticos.

Enfim, até agora, nem governo, nem Congresso, nem sociedade civil entenderam o que significa administrar democraticamente a economia. Enquanto isso, a inflação vai ocupando os espaços e fazendo estragos.

O projeto do IR: um grande avanço, diz Mailson.

O Senado deve votar terça-feira o projeto de lei sobre o Imposto de Renda do Executivo, já aprovado (quase na íntegra) pela Câmara e considerado "um grande avanço" pelo ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega. A expectativa é de que seja aceito tal como está, pois qualquer emenda implicará seu retorno à Câmara, que não terá tempo para apreciá-lo, já que entra em recesso dia 16.